

A rejeição revolucionária do colonialismo: Amílcar Cabral e a luta de libertação na Guiné-Bissau e em Cabo-Verde

DANÚBIA MENDES ABADIA*

Resumo: Trazemos essa discussão para refletir sobre o principal articulador da luta de independência na Guiné-Bissau e em Cabo-verde: Amílcar Cabral, fundador do PAIGC, organização responsável por toda a luta armada, política e cultural que levou os dois países à independência. Ao negar a assimilação à cultura colonial, a geração de Cabral desenvolveu a ruptura epistemológica que possibilitou a concretização das lutas anticoloniais. Nesse sentido, é preciso considerar o arcabouço intelectual que foi legado pelo guineense Amílcar Cabral, como um teórico africano da luta armada que também utilizou-se da teoria como uma eficiente arma contra o colonialismo. O PAIGC propôs estratégias de libertação do domínio português onde a comunidade participava dos desdobramentos da guerrilha e passava a se autogerir. Cabral foi covardemente assassinado antes de ver a Independência se concretizar, porém, muitos dos seus pensamentos seguem de referência para a descolonização política, das mentes e dos corações, como a libertação de todo o povo africano.

Palavras-chave: libertação cultural; guerrilha armada; zonas libertadas; re-africanização;

Abstract: We bring this discussion to reflect about the main articulator of independence struggle in Guinea-Bissau and Cape Verde: Amilcar Cabral, founder of PAIGC, the organization responsible for the entire armed, political and cultural struggle that led the two countries to independence. By denying the assimilation of colonial culture, Cabral's generation developed the epistemological break which allowed the implementation of anti-colonial struggles. In this sense, it is necessary to consider the intellectual framework that was bequeathed by the Guinean Amilcar Cabral, as an African theorist of the armed struggle. His theory was also used the theory as an effective weapon against colonialism. The PAIGC proposed strategies liberation from Portuguese rule where the community participated in the guerrilla developments and evolved to self-management. Cabral was cowardly murdered before seeing independence come true, but many of his thoughts continue being the guiding light for the political decolonization both of minds and hearts, that will have as final goal the liberation of all African peoples.

Key words: cultural liberation; guerrilla army; liberated areas; re-Africanization.



* **DANÚBIA MENDES ABADIA** é doutoranda em História pela Universidade Federal de Goiás, sob a orientação do Prof. Dr. João Alberto da Costa Pinto. Bolsista da CAPES.



Os países africanos entraram na economia capitalista planetária essencialmente na qualidade de colônias assediadas e disputadas por potências europeias rivais. O povo da África, entre outros, financiou a ciência e a técnica ocidentais durante mais de trezentos anos. (...) *Não satisfeito em ser o principal consumidor da riqueza mineral africana, o Ocidente foi o principal gestor desta atividade. Um pequeno número de empresas ocidentais detinha o controle sobre o tratamento, a transformação e a comercialização destes recursos africanos* (MAZRUI, AJAYI e TSHIBANGU, 2010: 782). É preciso ver como a Europa subdesenvolveu a África e como foram formadas essas elites dirigentes africanas que permitiram o colonialismo e o posterior neocolonialismo¹.

1 Segundo Carlos Moore, desde o século VIII d.C, o continente africano já tinha se convertido em foco do tráfico de pessoas escravizadas, nas suas palavras: *Os árabes foram os pioneiros (...) alguns estudos estimam que, entre o século IX e o século XV – quando começa o tráfico europeu – o mundo árabe talvez já havia*

A principal característica da colonização, afirma Amílcar Cabral², é a negação do processo histórico do povo dominado por meio da usurpação violenta da liberdade do processo de desenvolvimento das forças produtivas³.

retirado da África entre 18 e 20 milhões de africanos; esses tráficos foram bem organizados, com ampla participação de uma parcela das elites dominantes africanas. Continua ele, Podemos inferir que os tráficos negreiros afro-árabes influíram de maneira em que se constituíram as classes dirigentes africanas que, a partir do século XVIII, serviriam de base para a colonização europeia e, inclusive, para a situação neocolonial atual (2010: 55-56).

2 Amílcar Cabral foi um importante teórico e prático da libertação africana, responsável pela mais bem-sucedida adaptação do marxismo crítico e criativo à realidade africana; contra o regime de espoliação colonial nas ex-colônias portuguesas, Cabral se ergueu com a crítica das armas e as armas da crítica para conduzir à vitória o Partido Africano da Independência de Guiné-Bissau e Cabo-Verde (PAIGC, 1974: 28).

3 Segundo o P.A.I.G.C. (Partido Africano para a independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde), o fascismo português tentou habilmente prejudicar o desenvolvimento econômico das colônias, primeiro porque temia que tal

Nesse sentido, os/as camponeses/as africanos/as foram obrigados/as a produzir matérias-primas destinadas à indústria europeia, concebida, sobretudo, para climas temperados. Eis o começo da deterioração dos solos pelo abandono forçado das técnicas agrícolas tradicionais em favor da monocultura, agricultura intensiva e uso de fertilizantes (idem, 2010:764). Ao mesmo tempo que o processo colonial paralisava o desenvolvimento africano, o seu desenrolar nas colônias tornava materialmente possível o desenvolvimento científico e tecnológico da modernidade Ocidental.

Esse artigo vai abordar o colonialismo português na África, mais especificamente em Guiné-Bissau e em Cabo Verde (colônias que tiveram um processo conjunto de luta por independência), no que concerne à opressão política e administrativa, à exploração econômica e à opressão sociocultural, assim como a organização da luta anticolonial à luz de Amílcar Cabral, fundador do P.A.I.G.C. (Partido Africano para a independência de Guiné-Bissau e Cabo-verde), organização responsável por toda a luta armada, política e cultural que levou os dois países à independência⁴.

desenvolvimento econômico favorecesse a constituição de uma burguesia local forte – ainda que de colonos – e que isso impulsionasse a geração de um movimento de libertação. Em seguida, a escassez de recursos não permitia a aplicação de grandes somas nesse investimento, por conta do definhamento das forças produtivas de Portugal e consequência da própria política econômica geral do regime fascista (P.A.I.G.C., 1974: 115; Citado por BARROS, 2007 :33).

4 A luta pela independência guiada pelo PAIGC, ao englobar os povos da Guiné-Bissau e Cabo Verde, demonstra o pensamento continental de Amílcar Cabral, que via a unidade dos povos desses países como necessária na luta contra o colonialismo

Dentre os países colonizadores, veremos como Portugal se justificou pelo mito de uma nação amiga que levaria à África a religião cristã e a cidadania portuguesa aos africanos: construiu-se a ideologia da sociedade multirracial, do paternalismo colonial de reminiscências darwinistas que assumia como necessária a presença dos europeus na África, sem os quais os africanos estariam condenados à estagnação, se não mesmo a barbárie e à extinção. Para Portugal, sob o comando de um governo fascista desde 1926, colonizar os “domínios ultramarinos” era “da essência orgânica da Nação portuguesa”; Salazar colocou o Estado Novo indissociável da manutenção das colônias na África, consolidou o seu modelo de dominação baseado no

português, apesar das suas diferenças. Desde a sua descoberta que os assuntos da Guiné tinham sido entregues ao governo-geral de Cabo-Verde, o que fazia da Guiné a colônia de uma colônia (TOMAS, 2007, p.35). Mesmo quando a Guiné-Bissau foi desanexada de Cabo-Verde, após o massacre de Bolor em 1879, esse país continuou a tomar de conta de toda a vida na província de Guiné-Bissau, o que adiava a formação de uma elite nativa guineense. Para Portugal parecia ótimo, pois não precisava enviar colonos brancos para a região. No entanto, isso foi um fator importante, pois, como defendia Amílcar Cabral: *Uma das coisas que explica a resistência em Guiné-Bissau se refere a reduzida presença portuguesa na Guiné, onde não favoreceu nenhum contato com as populações rurais. Esse fato, associado à política de discriminação racial, assumia outra dimensão e importância na hora de avaliar os impactos da dominação colonial sobre a cultura ou mesmo sobre a estrutura social. Assim, a partir da discriminação e do racismo, os colonos buscavam negar, por um lado, a cultura do povo dominado, fundamentando-se em argumentos científicos e teorias racionais (raça inferior) e por outro, em um profundo desprezo pelos valores da cultura e da civilização negro-africana. Outra estratégia adotada pelo colonialismo foi a da assimilação ou alienação progressiva das populações dominadas e a instituição e legitimação do apartheid* (Citado por TOMAS, 2007: 293).

trabalho forçado, na exploração dos recursos naturais e na produção voltada à Europa, sendo que todas as bases sociais e materiais do Império eram camufladas; *a defesa ideológica do colonialismo português ficou a cargo da Igreja e das suas missões católicas, principalmente no seu propósito de ensinar a sujeição* (VILLEN, 2013: 63). O fato é que a discriminação racial serviu por muitos séculos para a legitimação das barreiras raciais sobre as quais se estruturou a dominação colonial, buscando a divulgação de uma ideologia que visa esconder as raízes racistas da colonização portuguesa⁵. Para Cabral, era preciso denunciar essa noção falsa do luso-tropicalismo assimilacionista.

À semelhança da França, Portugal buscou, a partir da sua política de assimilação, destruir a tradição cultural das suas colônias através da formação de uma elite privilegiada e europeizada que contribuía com os colonizadores. Nesse quadro, será fundamental observar como se desenvolveu a ruptura epistemológica que possibilitou a concretização das lutas contra o colonialismo, tendo origem em uma geração que ao invés de exigir reformas dentro do sistema colonial, passou a exigir a independência política como

um primeiro passo para a libertação do continente africano. Com tal exigência, nos diz António Tomás, *a “geração de Cabral” rompia com um certo compromisso entre os representantes das elites africanas e o Estado Novo salazarista*; começam, pois, a resolver a contradição da geração anterior entre serem portugueses e africanos ao mesmo tempo (2007:70).

No período que esteve em Portugal, Amílcar envolveu-se com a luta anti-fascista, mas ainda não diferenciava a “luta antifascista”, cuja responsabilidade competiria à oposição portuguesa, da “luta anticolonialista”. O processo de consciência pela libertação, na perspectiva de Julião Souza, viria no final dos anos 1940, e contou com pelo menos três factores favoráveis: em primeiro lugar, a forte influência da ideologia *negritudinista*⁶ de expressão francesa, nomeadamente com a chegada da *anthologie de la nouvelle poésie nègre el malgache* de Leopóld Senghor, em 1948 e, por via delas, das ideias pan-africanistas. Em segundo lugar, a consciencialização e a viragem teria sido forçada pelo contexto mundial, pela intransigência das posições dos movimentos de esquerda relativamente à questão colonial e pela defesa que faziam da tese da imaturidade das colônias. O último fator se refere à

5 Segundo António Tomás (2007:121), o paternalismo colonial perdia sua base de sustentação ideológica nos anos 1950, o que obrigou o governo português a readaptar seu discurso legitimador, onde este discorreu sobre a capacidade de os portugueses se fundirem culturalmente – embora não racialmente – com os povos dominados; foi assim que as ideias de Gilberto Freyre vieram dar alento ao colonialismo português, estabelecendo o luso-tropicalismo como fundamento teórico da colonização. Para VILLEN, *são várias os argumentos emprestados do pensamento de Freyre, invocado pelo regime como autoridade de referência para a defesa de um carácter cultural específico associado ao fenómeno colonial português* (2013:83).

6 Em Paris, no período entre-guerras, um grupo de estudantes negros oriundos dos países colonizados (Antilhas e África) iniciou um processo de mobilização cultural. Nesse contexto, despertou-se uma consciência racial, e, por conseguinte, a disposição de lutar a favor do resgate da identidade cultural esvaecida do povo negro. Em junho de 1932, alguns estudantes negros antilhanos publicaram uma revista, a *Légitime Défense* (Legítima Defesa), tendo editado só um número. O tom é de um manifesto. Nessa revista denunciavam a opressão racial e a política de dominação cultural colonialista (Citado por TSHIBANGU; AJAYI; SANNEH, UNESCO, 2010: 614).

chegada em Lisboa de estudantes angolanos (Agostinho Neto e Mário de Andrade) que, sendo politicamente ativos, divulgariam entre os estudantes africanos as atividades que alguns movimentos civis, como o ANANGOLA, MNIA e a Liga Angolana, estavam a fazer naquela colônia (2012: 527). As evidências levam a crer que o contato entre Amílcar e os angolanos, tanto em Angola como em Portugal, seriam cruciais e teriam funcionado como uma escola de troca de experiência e de aprendizagem políticas (idem: 184). A “geração de Cabral”, fora da África, pôde conspirar a sua libertação, porque eles foram estudar nas metrópoles, passaram a se encontrar e desenvolver as ideias anticoloniais e voltar à África, não para colonizar, como queria a Europa, mas para “libertar”.

Geralmente, como nos diz Frantz Fanon, o intelectual colonizado se tem lançado com avidez à cultura ocidental, numa tentativa de europeização de sua cultura (1961: 199). Para a educação ocidental, consolidada pelas leis coloniais relacionadas ao matrimônio, ao direito de herança e à propriedade fundiária, assim como pela regra cristã relativa à monogamia, era fundamental subtrair a elite instruída do modelo comunitário das sociedades africanas tradicionais, para propor-lhe um novo modelo, baseado no individualismo, no núcleo familiar, na propriedade privada e na acumulação de bens. Esta elite instruída, que acabava por ter mais contato e influência da cultura colonizadora, começava a conhecer mais superficialmente e a não mais atribuir valor algum à história da África, às suas ideias religiosas, aos seus costumes indumentários, à sua culinária, à sua arte, à sua música, aos seus modos de vida em geral.

Como bem demonstrou Albert Memmi, convencido da superioridade do colonizador e por ele fascinado, o colonizado, além de submeter-se, faz do colonizador seu modelo, procura imitá-lo, coincidir, identificar-se com ele, deixar-se por ele assimilar (1977:8). Para essa “desafricanização”, trabalhou muito bem o sistema educacional herdado do colonizador, onde a porcentagem mínima a ter acesso aos estudos passava a identificar-se com o colono, afastar-se das suas raízes africanas. Essa classe assimilada, segundo Cabral, é a expressão clara da contradição sócio-cultural vivida pela pequena-burguesia e não necessariamente pelas massas populares⁷, que vivem a cultura local como parte intrínseca da sua própria identidade. É essa parcela social que perde a identidade africana, já que, continua Cabral, *a pequena-burguesia é a primeira a perceber a natureza do poder colonial, logo também o primeiro estrato social a poder tomar iniciativas*

7 O discurso de volta às origens, alardeado pela ideologia da negritude não atingia as massas africanas, as quais permaneciam em sua maioria analfabetas e preservando os valores da cultura tradicional. Por isso, o discurso da negritude na África, a princípio, apenas sensibilizava a elite colonial negra, que vivia material e espiritualmente nos moldes do colonizador; porém, continua Ali A. Mazrui, os negros da África e da diáspora que haviam assimilado o branqueamento, não conseguiam fugir do drama da marginalização. Vestidos a moda europeia “de terno, óculos, relógio e caneta no bolso do paletó, fazendo um esforço enorme para pronunciar adequadamente as línguas metropolitanas” não deixavam de ser discriminados. No plano social, continuavam sendo negros e, consequentemente, tratados como inferiores. E foi justamente para dar uma resposta a esse sentimento de marginalização racial e frustração existencial que a pequena-burguesia negra resolveu revalorizar sua identidade no “mundo dos brancos”, empreendendo um discurso de afirmação racial e volta às raízes da cultura africana (UNESCO, Vol. 8, 2010: 11).

para mobilização das massas populares contra a dominação estrangeira (citado por VILLEN, 2013:179). Como resultado da assimilação, a pequena burguesia assimila a mentalidade do colonizador e considera-se culturalmente superior aos colonizados. Foi assim que Cabral argumentou sobre a necessidade do suicídio de classe, uma forma de renúncia às estruturas que formaram a pequena burguesia, quer dizer, devem ser capazes de suicidar como classe para ressuscitar como trabalhadora revolucionária, identificada com o povo. Constatou o dilema da pequena-burguesia inserida no processo da luta de libertação nacional, já que para ela só havia duas opções: ou trai a revolução, ou suicida-se como classe, reforçando a própria consciência e libertando-se da “mentalidade de classe”, contudo, a via de libertação do PAIGC indicava o suicídio de classe como única alternativa à pequena burguesia.

Em *Arma da Teoria*, Amílcar queixava-se de que um trabalhador “assimilado” ganhava três ou quatro vezes menos do que um trabalhador europeu, fazendo o mesmo trabalho e, ainda que tivesse a mesma qualificação, era considerado de segunda categoria. E isso deixava claro que, mesmo com o discurso da educação e do domínio das línguas europeias como passo para a ascensão social, o racismo prevalecia⁸. Julho

8 Portugal construía-se sob o mito de “missão civilizadora” e o instrumento criado para a “salvação das raças negras” foi o *Estatuto do Indígena*. Assim, o indígena era uma categoria de nativos que não eram cidadãos e que, só de nascer, contraía uma dívida com o Estado português, o imposto da *palhota*, a ser pago com o trabalho forçado (TOMAS, 2007: 47). Para ser considerado civilização, afirmam Jean Suret-Canale e A. Adu Boahen, de acordo com o estatuto, os negros deviam saber ler e escrever o português, praticar regularmente a religião católica e ser benquisto pelo colonizador; já os

Sousa nos relata que o próprio Amílcar foi vítima dessa situação quando buscou de diversas formas conseguir regressar a Guiné-Bissau, *mas não foi fácil a Amílcar Cabral conseguir emprego em África* (2012:163). Amílcar Cabral pode comprovar que a ascensão a um novo estatuto social, por via da educação, em nada iria alterar a sua condição de negro no quadro do regime e da sociedade coloniais. E assim, os negros da África e da diáspora que haviam assimilado o branqueamento não conseguiam fugir do drama da marginalização. Amílcar Cabral, nos diz Patricia Villen, contrapõe e propõe a política e a cultura como seu próprio antídoto; para ele, a sociedade colonizada deve reaprender a olhar e enxergar as contradições da própria realidade social e econômica, entender suas causas e agir para sua transformação (2013:17). No seu trabalho de líder e militante do PAIGC, conheceu diversas realidades culturais num território, povos diferentes que foram a base da guerrilha e da independência. Por exemplo, o contato que teve com os grupos balanta, fula, mandinga, entre outros, ao longo dos anos de combate, o levaram a refletir sobre como a luta gerava uma nova

brancos, branco, mesmo que analfabetos era “civilizado” (UNESCO, 2010: 219). Cabral argumentava, com base na percentagem de analfabetos que estimativa haver em Portugal (cerca de 50%), que se o Estatuto do Indígena fosse aplicado no país colonizador, metade da população portuguesa seria considerada indígena. No conjunto das colônias portuguesas somente 0,3% da população era considerada “civilizada” ou “assimilada”, ocupando, teoricamente, uma posição intermediária entre colonos e a grande maioria da população africana. Ainda assim, esses “assimilados” não usufruíam dos mesmos privilégios dos portugueses (Manifesto do Movimento Anti-Colonialista (MAC), (s/d). CasaComum.org, Disponível em http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_83409 Acessado em 19/09/2014.

cultura de resistência, de volta às raízes, de trabalho coletivo e autônomo, de ruptura com padrões tradicionais, sendo portanto o fator cultural um elemento fundamental para a construção do processo de libertação⁹. Assim, a libertação nacional era simultaneamente um fato de cultura e um fator cultural, sendo a resistência cultural a mais efetiva forma de resistência. Segundo ele, *a cultura revela-se como o fundamento do movimento de libertação, e só podem mobilizar-se, organizar-se e lutar contra a dominação estrangeira as sociedades e grupos humanos que preservam a sua cultura* (Citado por VILLEN, 2013: 167). Suas discussões sobre a cultura como ato de libertação o levaram a questionar a centralidade da luta de classes como única força motora da história. A experiência na mobilização para a luta nos campos da Guiné-Bissau e de Cabo-Verde levaram-no a assumir um posicionamento crítico com relação ao marxismo, sem desconsiderá-lo por completo. Assim, *acabou por acrescentar ao manifesto comunista a defesa que o nível das forças produtivas é um elemento determinante do conteúdo e da forma da luta de classes* (LOPES, 2005: 87)¹⁰. Significa ainda

9 Cabral considerava que nenhuma cultura está pronta e acabada, ou que seja superior ou inferior a outra. Acredita que há elementos bons na cultura opressora, assim como questões a serem resolvidas nas comunidades tradicionais. Da mesma forma que as estratégias do PAIGC tiveram forte influência das lições de guerrilhas de outras experiências, como o maoísmo, a Guerra do Vietnã e as teorias marxistas, para o contexto específico da Guiné, contribuindo na atuação do recrutamento e no convencimento ideológico dos diferentes povos do território.

10 No caso da Guiné, apesar dos vários estudos realizados e do recenseamento agrícola realizado em 1954, tal não permitia ainda a Amílcar Cabral ter uma ideia objetiva da sociedade social guineense, ao ponto de saber que não havia “proletariado”, pelo menos no

que os fatores sociológicos são fundamentais para a constituição da identidade, dado que a realidade social, *isto é, a materialidade histórica de determinada sociedade, é para ele o elemento que confere “forma e conteúdo” à identidade* (idem: 167). Consequentemente, veremos que o discurso da união pela origem e identidade foi muito mais persistente e eficaz do que o discurso marxista de identificação e consciência de classe. De acordo com Abebe Zegeye e Maurice Vambe, Cabral entendia o valor da luta de classe, mas se recusava a desqualificar as lutas relacionadas à etnicidade e o gênero como irrelevantes para moldar os contornos da cultura nacional, tendo colocado em pauta o debate sobre a crítica ao patriarcado tradicional africano, onde as questões de gênero marcam algum dos aspectos da luta que ressignificavam toda a ideia de cultura nacional (UNESCO, 2012 :38).

Segundo afirma Amílcar Cabral no Manifesto do Movimento Anti-colonialista (MAC), *os povos africanos nunca deixaram de lutar contra a*

sentido marxista do termo (SOUSA, 2012: 321). Portanto, nos meios urbanos, afirmava Cabral, o colonialismo apenas consentira o aparecimento de uma classe “assalariada”. Por isso, passou a defender a mobilização no campo, pois, na ausência de um “proletariado” com consciência de classe, não era possível lutar nas cidades seguindo o exemplo de outros países (idem: 322). A tomada de consciência dessa realidade só veio a acontecer nos anos 60, e tem um marco importante na reunião de quadros caboverdianos, em Dakar, no ano de 1963, mesmo ano em que dá início à guerrilha armada do movimento de libertação de Guiné-Bissau e Cabo-Verde. O processo africano demonstra que categorias sociais clássicas, como operariado e burguesia não serviam para a compreensão da realidade africana num contexto onde o proletariado não podia ser uma classe social porque nem sequer existia em países de economia rural: foi a pequena-burguesia urbana, formada no Ocidente, quem, dirigiu o combate contra o colonialismo.

*dominação estrangeira no continente. A estratégia do colonialismo apresentada no manifesto tinha por objetivo criar uma divisão no seio da sociedade e fomentar o desrespeito e a falta de solidariedade de minorias ditas assimiladas para com as grandes comunidades africanas a que realmente pertenciam. Porém, as lutas armadas eram a continuidade histórica dos movimentos de luta e resistência à dominação colonial e desenvolveram-se a partir da descolonização ideológica e da negação do assimilacionismo da colonização portuguesa. Assim, podemos considerar que a reafricanização dos espíritos foi um elemento fundamental para a consciência anticolonial, onde a identidade com a história e com a cultura africana provocaram uma ruptura ideológica que desembocará na prática da luta contra o colonialismo. Essa ruptura se materializou como resposta a toda a violência e usurpação de que foi vítima, a sociedade colonizada. E a resposta dos colonizados havia de ser violenta: segundo Cabral, tratou-se de uma violência libertadora ou revolucionária e organizada, encarada de forma positiva e otimista, cuja finalidade era a transformação da vida econômica, social e cultural das sociedades africanas colonizadas no sentido do progresso. A cultura que assume a forma de violência libertadora/revolucionária aparece como uma forma de defesa e de resistência anticolonial, e esta nova violência tomou corpo na luta armada que, segundo Cabral, *perante a situação que se vivia era o único recurso para a reconquista da liberdade* (FREIRE, 1977: 122).*

Imediatamente após o massacre de Pindjiguiti, em 3 de Agosto de 1959, Amílcar Cabral regressa à Guiné-Bissau e em 19 de setembro preside a reunião

do PAIGC que, numa decisão histórica, decide a mobilização prioritária das massas camponesas e o reforço das organizações políticas nos meios urbanos, onde concluem que desencadear as ações urbanas, como greves e manifestações, haveria de custar muitas vidas, como tinha demonstrado, decidem então abandonar os métodos pacíficos em favor da luta armada. Para isso, era preciso organizar as estruturas do partido fora dos centros urbanos¹¹. Entre 1961 e 1963, os jovens

11 No início das mobilizações, nos diz Sousa, a análise das estruturas de Guiné-Bissau e de Cabo-Verde não foi isenta de erros, como por exemplo, o fato de Amílcar e seus companheiros reunidos em torno do Movimento de Libertação Nacional das Colônias Portuguesas (MLNCP) e do Movimento Anti-Colônia (MAC), terem acreditado, em meados dos anos 50, que o “proletariado” era a “classe social” mais revolucionária. Por isso, partindo da experiência de outros países, numa primeira fase, centraram a sua ação de mobilização nos centros urbanos. No caso da Guiné, apesar dos vários estudos realizados e do recenseamento agrícola realizado em 1954, tal não permitira ainda a Amílcar Cabral ter uma ideia objetiva da sociedade social guineense, ao ponto de saber que não havia “proletariado”, pelo menos no sentido marxista do termo (2012: 321). Portanto, nos meios urbanos, afirmava Cabral, o colonialismo apenas consentira o aparecimento de uma classe “assalariada”. Por isso, passou a defender a mobilização no campo, pois, na ausência de um “proletariado” com consciência de classe, não era possível lutar nas cidades seguindo o exemplo de outros países (idem p.322). Os/as militantes retiraram-se de Bissau, onde deveria ficar apenas uma pequena representação a recrutar jovens para serem enviados aos campos de preparação de guerrilheiros (em Guiné-Conakry e também na China), marcando assim a passagem de um nacionalismo reivindicativo para um nacionalismo revolucionário (2007: 111). A tomada de consciência dessa realidade só veio a acontecer nos anos 60, e tem um marco importante na reunião de quadros cabo-verdianos, em Dakar, no ano de 1963, mesmo ano em que dá início à guerrilha armada do movimento de libertação de Guiné-Bissau e Cabo-Verde.

militantes partidários de Cabral trabalharam clandestinamente nas comunidades, ensinando aos habitantes não lhes ser possível eliminar as suas dificuldades locais, senão trabalhando e combatendo para livrarem-se do sistema colonial português, em sua totalidade. Após este esforço de educação e de organização, o PAIGC lançou a sua luta armada em 1963, começando com *pequenos grupos de guerrilha nas propícias regiões de mata fechada ou de floresta, ele aumentou-os numericamente e transformou-os, pouco a pouco, em unidades importantes que, não localizadas, estavam disponíveis para rápidos movimentos em longas distâncias e estavam aptas para o combate* (Suret-Canale e Adu Boahen, UNESCO, 2010:220). O PAIGC concebeu novos métodos e um programa político inédito, um conjunto de táticas de libertação com o objetivo de conquistar a confiança dos/as camponeses/as, então apáticos/as, para a ideia de alcançarem a sua independência. A própria natureza da Guiné e os conhecimentos dos povos nativos sobre o território constituíram-se em elementos chave em favor do PAIGC. Amílcar, mesmo familiar aos pensamentos de Karl Marx, nos diz Tomás, compreendia que a chave da mobilização popular estava em não fazer apelos a grandes teorias, mas sim em falar dos problemas do dia-a-dia (2007: 146). Como Cabral dizia aos seus quadros: *Lembra-vos sempre que as pessoas não combatem por ideias, para que germinem no espírito de seja lá quem for. Eles combatem por vantagens materiais, para melhor e em paz viverem, para sentirem evoluir as suas condições de vida, para assegurar o porvir das suas crianças* e aqui reside a razão pela qual era imprescindível que estes quadros *praticassem a democracia*

revolucionária [...] mantivessem frequentes reuniões [...] nada escondessem das massas populares [...] jamais mentissem [...] e não se gabassem de vitórias fáceis (Citado por CANALE; BOAHEN, UNESCO, 2010: 221).

O movimento de libertação estabeleceu uma estratégia de “zonas de retaguarda”, que realizavam o reabastecimento de tropas, formação política e militar, ações sociais; as zonas libertadas significaram a formação de um estado embrionário dentro da colônia, realizado através da rejeição das estruturas coloniais e pela instalação de uma democracia direta nas comunidades, áreas em que se desenvolveu um processo de autonomia e envolvimento político, onde os/as moradores passaram a autogerir serviços sociais básicos de forma coletiva. Assim que o movimento havia liberado uma área, eles ali aplicavam a sua política de libertação: por um lado, expulsavam todos os funcionários e comerciantes coloniais, aboliam todos os impostos e direitos coloniais e punham termo ao trabalho forçado e às plantações obrigatórias; por outro lado, instauraram um novo sistema comercial e criaram escolas e postos de saúde na mata, lá onde antes jamais houvera, dotando os de pessoal de formação e intervenção em saúde recrutado em meio a homens e mulheres, frequentemente formados na Europa ou em Cuba.

Ainda mais importante, em termos políticos, o PAIGC implantou uma verdadeira democracia nas zonas libertas. A população foi incitada a eleger comitês representativos, que eram chamados de “Comissões de Tabanca”, estavam presentes em todas as aldeias da Guiné libertada, constituíam o centro nevrálgico político

e administrativo de cada tabanca. Cada comissão incluía cinco membros eleitos pelos próprios moradores, sendo que dois tinham de ser mulheres¹². Se realizavam ainda inter-relações entre a alfabetização, produção e a saúde, privilegiando a medicina preventiva, com papel destacado para a educação sanitária; além do estímulo à formação de cooperativas agrícolas com trabalho comunitário e com diversificação das culturas (TOMÁS, 2007: 34). Sobre a Guiné-Bissau, Paulo Freire publicou um livro onde relata sua vivência nas áreas libertadas, afirmando que (...) *o PAIGC realizara experiências de alta importância na educação, saúde, justiça, produção e distribuição, com os “armazéns do povo”* (1977: 35). O educador brasileiro compartilha um processo de reconstrução pós-colonial, onde a guerra de libertação foi a grande parteira da consciência popular, onde os processos de luta anticolonial são vistos

12 De acordo com o regulamento do PAIGC, cada um dos cinco membros tinha funções muito claramente definidas na tabanca: o presidente era o responsável pelo funcionamento geral do CT (Comissões de Tabanca) pela gestão da produção agrícola; o vice-presidente tinha responsabilidades mais específicas relativas à segurança e à defesa local; o terceiro membro era responsável pela saúde, educação e outros serviços sociais; o quarto era responsável pelo armamento e pelo alojamento dos guerrilheiros nas tabancas; finalmente, o quinto membro era responsável pelos registos e pela contabilidade (Chabal, 2002: 105. Citado por Davidson, 1975:101). Com relação à presença das mulheres, Cabral soube que o inimigo combatido por elas não é só o colonialismo; fazia questão da presença de mulheres não apenas nas Comissões, mas em todos os processos da luta de libertação, inclusive da prática armada de guerrilha, defendendo a importância de ver o patriarcado africano como principal culpado da subordinação das mulheres africanas. De acordo com Maurice Vambe e Abebe Zegeye, *Cabral vinculava as lutas de gênero às mais amplas buscas nacionais e sociais pela liberdade* (2012: 38).

como o despertar de uma nova mentalidade, num país que, segundo ele, *fala da luta enquanto o que ela ensinou, exigiu e assim continua num processo permanente; da luta como fator de cultura* (idem: 37). E era neste ponto que entrava a ação do movimento de libertação: tinha de inscrever sobre a consciência individual e coletiva os procedimentos necessários para a mudança da cultura (Citado por TOMÁS, 2007: 175).

Em Cabral, assim como em Fanon, a *politização das massas é reconhecida então como uma necessidade histórica* (1961: 127). De acordo com o PAIGC, era fundamental criar condições para que a cultura e o saber fossem acessíveis a todos/as: *Criar, a pouco e pouco, bibliotecas simples nas zonas e regiões libertadas, emprestar aos outros os livros de que dispomos, ajudar os outros a aprender a ler um livro, o jornal e a compreender aquilo que se lê (...) Levar os que leem a discutir e a dar opinião sobre o que leram* (Cabral, 1974: 53). Cabral insistia na importância de todo revolucionário estudar. Dizia ele: *devemos, portanto, pensar para agir e agir para pensar melhor* (Cabral, 1974: 15). Era o político motivando o pedagógico¹³. Em

13 Cabral construía uma pedagogia militante em que usava técnicas de teatro para preparar seus homens; ensaiavam diversas situações que poderiam ocorrer no processo de mobilização, como uma conversa com os mais velhos sobre a exploração do regime colonial. A pedagogia militante de Cabral estendia-se ao trabalho que precisou fazer na mobilização das aldeias, o que lhe valeu aprender e ensinar ao povo o valor que temos como pessoas e o nosso papel na mudança das coisas. Por isso buscou desmistificar e combater posições tradicionais e mágicas de interpretação da realidade, assim como motivar no povo a vontade de “querer ser mais”, a curiosidade e o comprometimento com o aprendizado, que só teriam valor se fossem conectados à realidade material das pessoas envolvidas. António Tomás cita um momento

Cartas à Guiné, Paulo Freire vê Amílcar Cabral como “pedagogo da revolução”, pois, identificava a educação e a cultura como fundamentos do processo revolucionário, onde a luta é pedagógica e as pessoas podem transformar sua prática revolucionária em categoria cognitiva. Nessa direção, o PAIGC defendeu que a formação política e ideológica é condição para que as pessoas assumam a reinvenção da sociedade. Para isso, é urgente uma educação política que conscientize e desfetichize a cultura do colonizador. Tal processo, de acordo com Cabral, implica a descolonização das mentes e dos corações pois, nenhum povo, mesmo no período pós-colonial, consegue se livrar de seu colonizador enquanto não se liberta também dos seus referenciais teóricos, de suas premissas, de seus fundamentos e dos seus paradigmas, enfim, de sua “Razão” (ROMÃO, 2010: 13). Segundo Paulo Freire, Cabral conseguiu enxergar a necessidade da libertação cognitiva, da superação da racionalidade imbricada pela colonialidade; tal como diz José Romão, *a revolução tem de estar presente na própria elaboração da “ontologia” (teoria do ser), da “gnosologia” (produção de conhecimento) e da “epistemologia” (teoria do conhecimento), ou seja, nas elaborações e representações humanas a respeito dos seres, dos fenômenos e dos processos* (2010: 15).

A estratégia seguida por Cabral no lançamento e na consolidação da Revolução social na Guiné pressupõe

em que Cabral, realizando um trabalho de convencer um chefe de uma aldeia a liberar os jovens sair para estudar, mostra-lhe um isqueiro e o acende, dizendo que, se lhes for permitido, poderão aprender a fazer coisas como um isqueiro. In. *Fazedor de Utopias, uma biografia de Amílcar Cabral*. Lisboa, Editora Tinta da China, 2007.

a transformação radical da vida política, social e econômica, o que foram os elementos centrais do êxito do PAIGC; o movimento de libertação logrou uma série de inovações, onde a arte e a militância eram inseparáveis e a poesia encontrará um lugar de destaque no processo de mobilização anti-colonial, assim como o sarau, o teatro e a rádio, usados como tática de sensibilização e propaganda do PAIGC¹⁴. Cabral é considerado o principal organizador do movimento que conduziu a Guiné-Bissau e Cabo-verde à independência. De acordo com Julião Soares de Sousa:

... muito embora se saiba (...) o quanto perigoso é atribuir o sucesso de uma revolução, de uma batalha, ação particular e filosofia a um indivíduo, no que diz respeito à luta armada na Guiné-Bissau, não hesitamos em atribuir o seu êxito (...) à força e personalidade de um homem – Amílcar Cabral. A ele se deveu, sem dúvida alguma, grande parte das conquistas do PAIGC no período pré-revolucionário e revolucionário (...) (2011: 31).

14 Segundo TOMÁS (2007), em 1967 a Suécia ofertou um transmissor e um stúdio; a Rádio Libertação passou a emitir para toda a Guiné-Bissau e Cabo-verde; assim foi possível ligar os militantes do PAIGC em uma fundamental campanha de propaganda; já a poesia cumpre um papel de destaque, não apenas na Guiné-Bissau e Cabo-verde, mas em muitos processos de luta anticolonial na África. Entrelaçada à manifestação política, a poesia, segundo alguns historiadores africanos, é uma forma autóctone melhor enraizada nas tradições africanas que o romance, mais estrangeiro: *etíopes negros escreviam poemas antes mesmo dos ancestrais de Thomas Jefferson aprenderem o alfabeto latino pelos romanos*. No pós II Guerra, escritores nativos da África e das Antilhas reuniram-se em poesia para expressarem a dor da separação relativa aos ancestrais. Consideram, pois, a poesia como a “musa da libertação”; muitos dos líderes combatentes pela libertação, como Amílcar Cabral eram poetas ou escritores.

Recusando a figura de herói e líder, Cabral colocava-se no papel de intérprete das aspirações das massas, onde confere ao povo a liderança da luta. Cabral, continua SOUSA, foi produto de uma época em si controversa e em rápida transformação (2012: 32). Amílcar Cabral foi assassinado antes de ver a Guiné-Bissau e Cabo-Verde oficialmente independentes; no entanto, o processo que ajudou a construir juntamente com o PAIGC, foi considerado por vários observadores *um dos mais bem sucedidos movimentos revolucionários do mundo* (TOMÁS, 2007: 266). Apesar do ativo suporte financeiro e militar oferecido a Portugal por todas as grandes potências ocidentais e pelos outros Estados membros da OTAN, o PAIGC alcançara, em 1967, o controle de dois terços da Guiné. Em 1971, o PAIGC estimava em 800 mil o número de pessoas a viverem nas zonas libertadas. Embora eles tenham posteriormente reforçado o seu exército, aos portugueses não foi factível derrotar os africanos e, inclusive, o cínico assassinato de Amílcar Cabral, em janeiro de 1973, não pôde derrubar o movimento de conquista da libertação: no dia 27 de setembro de 1973, o PAIGC proclamou a independência de Guiné Bissau¹⁵.

15 A guerra de libertação forçara os portugueses a voltarem-se criticamente sobre si mesmos, em relação ao seu próprio subdesenvolvimento, à sua própria dependência econômica e à ditadura política de Salazar e do seu sucessor Caetano. Desse processo, em 25 de Abril de 1974, o regime fascista de Portugal foi desarticulado através do golpe protagonizado pelo Movimento das Forças Armadas. O novo regime não somente confirmou a independência da Guiné Bissau, mas, também foi ele quem reconheceu a independência a Angola e ao Moçambique, em 1975. Porém, o 25 de Abril não significou uma orientação clara para a descolonização. O próprio programa do MFA não continha em

Referências

CABRAL, Amílcar. **A Arma da Teoria**. Coordenação Carlos Comitini, Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1978.

_____. **Fundamentos e objetivos da libertação nacional em relação com a estrutura social**. Documentos do PAIGC, Departamento do Secretariado, Informação, Cultura e Formação de Quadros. Discurso em Havana, 03 a 14 de janeiro de 1966. Disponível em <http://casacomum.org/cc/arquivos>, acessado em 16 de setembro de 2013.

_____. **A África e a luta de libertação nacional nas colônias portuguesas**. Documentos do PAIGC. Disponível em <http://casacomum.org/cc/arquivos>, acessado em 04 de setembro de 2013.

CESAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Santa Catarina: Ed. Letras Contemporâneas, 2010.

FANON, Frantz. **Em defesa da Revolução Africana**. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1969.

_____. **Los condenados de la tierra**. México: Fondo de Cultura Económica, Colección popular, 1961.

FERNANDES, Gabriel. **Em busca da Nação. Notas para uma reinterpretação do Cabo-Verde crioulo**. Florianópolis, Ed. da UFSC, Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006.

FERREIRA, José Maria de Carvalho. **Portugal no contexto da “transição para o socialismo”: história de um equívoco**. Blumenau, Editora da FURB, 1997.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. A

nenhum dos seus pontos qualquer referência à descolonização. A verdade é que o processo de luta anticolonial contribuiu visceralmente na liquidação das bases do fascismo em Portugal, nas palavras de Tomás, *com a guerra colonial, Amílcar livrou os portugueses do enorme fardo que Salazar lhes tinha colocado sobre os ombros: civilizar a África* (2007: 25). Nesse sentido, veremos que as lutas das colônias portuguesas contribuíram ainda para o surgimento da democracia em Portugal, bem como para a modernização política do país.

África ensinando a gente: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência.** São Paulo: Editora 34, 2001.

GUILLEN, Antonio Ricardo Martins. **A descolonização da África e o luso-tropicalismo: repercussões no Brasil e em Portugal.** Dissertação de mestrado em História da FCHF, UFG. Goiânia-GO.

HERNANDEZ, Leila Leite. **Os filhos da terra e do sol: a formação do Estado-Nação em Cabo-Verde.** São Paulo, 2002.

História Geral da África, VIII: **África desde 1935.** Editado por MAZRUI, Ali A. WONDJI, C. 2.ed. Rev – Brasília: UNESCO, 2010, 1248p.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2013.

LOPES, Carlos (org.). **Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral.** São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado**

precedido pelo retrato do colonizador. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MOORE, Carlos. **O marxismo e a questão racial.** Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos.** São Paulo: Editora Ática, 1986.

ROMÃO, José Eustáquio; GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire e Amílcar Cabral: a descolonização das mentes.** São Paulo: Editora e livraria Instituto Paulo Freire, 2012.

SOUSA, Julião Soares. **Amílcar Cabral (1924 – 1973): Vida e morte de um revolucionário africano.** Lisboa: 2ª ed. Editora Vega, 2012.

TOMÁS, António. **O fazedor de utopias: Uma biografia de Amílcar Cabral.** Lisboa: Ed. Tinta da China, 2007.

VILLEN, Patricia. **Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo: Entre e harmonia e a contradição.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

Recebido em 2016-03-07

Publicado em 2016-08-05